



Prof.ª. Dr.ª. Susane Rodrigues de Oliveira

Professora Adjunta no Departamento de História da Universidade de Brasília - UnB, editora chefe da Revista "história, histórias", uma das líderes do Grupo de Pesquisa "Vozes Femininas" da UnB e coordenadora do LABEH - Laboratório de Ensino de História - da UnB.

Diversidade, formação continuada e práticas pedagógicas

1. Revista *Com Censo* (RCC) – Atualmente o conceito de “diversidade” vem sendo amplamente debatido, dada a visibilidade das questões a ele relacionadas, tanto no âmbito da educação, como no conjunto de políticas públicas atuais. Como você define o termo “diversidade”?

Susane – Diversidade é sinônimo de pluralidade, é a presença e o reconhecimento de diferenças. Na vida social ela se revela na coexistência de uma variedade de grupos e culturas com linguagens, valores, subjetividades, concepções e práticas diferentes. Essa diversidade que é multicultural e pluriétnica revela o múltiplo contido nos seres humanos, na sua capacidade constante de criar e transformar o mundo.

2. RCC – Como as “diversidades” vem se configurando historicamente no Brasil e qual o papel dos movimentos sociais nesse percurso?

Susane – Historicamente, a diversidade no Brasil, em termos culturais e identitários, passa a ser fortemente controlada e re-significada a partir do processo de colonização portuguesa que teve início no século XVI. Discursos e práticas colonizadoras buscaram homogeneizar e apagar a diversidade de culturas indígenas e africanas, e até mesmo de tradições não-cristãs que vinham de outras partes do mundo. O diferente, que se expressa na diversidade de saberes, subjetividades e práticas sociais desses grupos, foi tomado como algo inferior, anormal, errôneo, pecaminoso e perverso dentro de uma tradição eurocêntrica de pensamento que esteve associada a um projeto político, econômico e social baseado no estabelecimento de hierarquias e desigualdades étnico-raciais e de gênero. Desde o período colonial observamos movimentos e resistências de diversos grupos sociais (indígenas, africanos, afro-brasileiros, mulheres e homossexuais) em prol do reconhecimento e valorização de seus saberes, identidades e práticas culturais, contra a hegemonia desse projeto. Já no século XIX, a formação do Brasil enquanto estado-nação inseriu essa diversidade em uma lógica evolutiva, desigual, classificatória e racista. Desde então, a luta de grupos subalternizados, invisibilizados ou inferiorizados dentro dessa lógica, vem tendo um papel fundamental na transformação das

desigualdades étnico-raciais e de gênero no Brasil. Na segunda metade do século XX, as reivindicações e concepções desses grupos ganham mais visibilidade e força, e penetram de alguma forma nas políticas públicas e espaços educativos (escolas e universidades). Por isso, a história não pode ocultar a força desses movimentos na persistência de debates e na conquista de direitos políticos em prol do reconhecimento e valorização da diversidade.

3. RCC – Sendo sua experiência na área de História, do ensino de História, com ênfase nas questões de identidade e diferenças, como você destacaria a importância dessas questões na formação de professores/as?

Susane – O ensino de história deve colaborar de alguma forma na construção de uma sociedade mais justa, harmônica e igualitária para todos. Nosso país ainda é imensamente racista, sexista, homofóbico e intolerante com tradições religiosas não-cristãs. Isso tem efeitos ruins na vida social. Pessoas diferentes, que estão posicionadas fora dos supostos padrões ideais de família, gênero, raça, etnia, religião e orientação sexual, vivem e experimentam diariamente formas de violência, opressão, marginalização e desigualdades sociais. Convivemos também com a morte, o assassinato brutal e o desaparecimento dessas pessoas. A história ensinada nas escolas pode exercer um papel fundamental na transformação desse cenário, na medida em que promove a desnaturalização desses padrões. A história pode nos ensinar como esses padrões e formas de dominação foram historicamente e culturalmente construídos. Mostrar a historicidade de práticas e concepções sociais, expondo seus mecanismos de construção e funcionamento, questionando aquilo que foi tomado como natural e universal, pode nos ajudar a pensar nas possibilidades de transformação, ou seja, em “mundos possíveis”. Para isso precisamos investir na formação de professores-pesquisadores que atuem também como sujeitos políticos capazes de problematizar historicamente o presente, de ensinar histórias que alarguem nossos horizontes e que estimulem os estudantes a pensar criticamente, a respeitar a diversidade cultural e a se posicionar como sujeitos históricos, transformadores.

4. RCC – Sua trajetória acadêmica também se destaca pelo olhar atento às representações de gênero. Destacando sua importância e as condições para que essa temática seja incorporada aos currículos e práticas pedagógicas, como você analisa o cenário atual?

Susane – O cenário atual é bastante preocupante diante de tantos posicionamentos conservadores/fundamentalistas e contrários à introdução de debates sobre gênero e sexualidade nas escolas. O gênero e a sexualidade ainda são vistos como temas da ordem do biológico/natural e, assim, são tidos como a-históricos, evidentes e inquestionáveis. O assédio sexual, o estupro, o feminicídio, o tráfico de mulheres e a homofobia, resultados da persistência de concepções de gênero binárias, racistas e heteronormativas, tidas como verdades sagradas e universais a respeito dos corpos e das

relações sexuais, constituem obstáculos à cidadania plena de muitas mulheres e homossexuais em nossa sociedade. Os discursos e as relações de poder que sustentam as representações de gênero, que marcam as desigualdades entre homens e mulheres, carecem de abordagens mais históricas, especialmente em sala de aula. Não basta apenas incluir as mulheres e homossexuais nas narrativas históricas dos livros didáticos, como sujeitos de textos complementares. É preciso urgentemente rever a epistemologia dessas narrativas que ainda permanece marcada pelo racismo e sexismo, ao privilegiar os saberes e realizações de sujeitos masculinos/brancos/heterossexuais/cristãos, naturalizando também as guerras, a escravidão, a exploração da natureza e dos corpos, as hierarquias sociais e as diversas formas de violência e desigualdades de gênero, raça e etnia através dos tempos. Precisamos historicizar/desnaturalizar as concepções e relações de gênero, percebê-las como resultado de nossos valores, escolhas, interesses, saberes e práticas. Só assim podemos também vislumbrar a transformação das relações humanas, fora de eixos de poder e dominação.

5. RCC – Como as representações étnico-raciais se articulam ao enfrentamento do racismo, manifesto nas mais diversas formas na sociedade brasileira e no cotidiano escolar?

Susane – As representações se expressam no uso da linguagem, como formas de conhecimento que produzem sentidos para as pessoas e o mundo são capazes de orientar as comunicações, comportamentos, identidades e relações sociais. A proliferação de representações racistas e estereotipadas em torno das diferenças étnico-raciais em nosso cotidiano (mídia, escola, internet, televisão, cinema, literatura, música, etc.) não significa uma prisão sem saídas, pois as representações de enfrentamento ao racismo, que colaboram no reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, estão presentes também em nosso cotidiano, embora de forma ainda marginalizada e pouco visibilizada em espaços de poder, revelando o dinamismo do social e as possibilidades de transformação. Não por acaso, os movimentos sociais (indígenas e negros, por exemplo) lutam pela inclusão de seus saberes e representações nos currículos escolares, devido à necessidade de transformar os valores, concepções e representações que regem esse espaço de poder que também exercem forte influência nas relações étnico-raciais em nosso cotidiano. O ensino de história, articulado às propostas pedagógicas antirracistas, pode também colaborar no enfrentamento ao racismo, na medida em que traz para a sala de aula o questionamento das relações de poder que atravessam as imagens negativas e estereotipadas de negros e indígenas que circulam em nosso cotidiano. Nesse enfrentamento é preciso trazer a pluralidade de representações, valorizar os saberes e experiências de povos e culturas que foram colocados à margem da história e do poder, isso colabora para a desnaturalização de imagens racializadas que foram tomadas como evidentes e naturais, abrindo possibilidades de transformação e construção de outras imagens sobre as diferenças.

6. RCC – Você é criadora de um site (www.americaindigena.com.br) que disponibiliza publicações, materiais didáticos e orientações pedagógicas sobre a história indígena na América. Em relação ao estudo dos povos indígenas brasileiros, como você analisa a presença dessa temática nas escolas de educação básica, em especial, no ensino de História?

Susane – No ano passado publiquei um artigo sobre isso na revista *História & Perspectivas* (<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32773/17716>). Analisando dados coletados por estudantes do curso de história da UnB, em atividades de estágio supervisionado nas escolas do DF, observamos que ainda há resistência de boa parte dos professores na abordagem da história dos povos indígenas em sala de aula, e que a maioria dos estudantes possui uma visão bastante estereotipada e racista sobre os indígenas. Isso se deve à falta de materiais didáticos e de preparo dos professores, já que nos cursos de graduação a história indígena tem pouco ou nenhum espaço nos currículos. Nos livros didáticos, as abordagens ainda se restringem ao período colonial, dentro de uma narrativa histórica eurocêntrica que exalta o protagonismo de colonizadores e naturaliza as relações de poder, o desaparecimento, a violência, a exploração e escravidão de povos indígenas. Não adianta incluir os indígenas nesse modelo de narrativa, orientando por uma epistemologia racista, sexista e colonialista. É preciso que haja mudanças na própria concepção de história e de sujeitos históricos presentes nos livros e discursos docentes, para que os indígenas tenham direito a um passado que colabore no reconhecimento e fortalecimento de suas lutas no presente.

7. RCC – O movimento Escola Sem Partido ganhou força e visibilidade, sendo as discussões sobre gênero e sexualidade um dos alvos desse movimento. Como você avalia a justificativa para interditar esse debate?

Susane – Lamentável, a ideia de “ideologia de gênero” promovida por esses grupos constitui um ataque violento à homossexualidade e aos direitos das mulheres. Essa concepção busca desmerecer e retirar a força do gênero enquanto categoria de análise crítica da realidade binária, na medida em que associa o gênero, exclusivamente, à homossexualidade. Desse modo, a justificativa usada por esses grupos de base religiosa, fundamentalista e patriarcal, é a de que a abordagem dessas questões em sala de aula promove o convite à homossexualidade, constituindo ameaça à heterossexualidade e à família. Uma justificativa sem fundamento! O “Escola sem partido” é partidário da homofobia, do racismo, do sexismo

e do fundamentalismo religioso, no entanto oculta esse partidarismo sob o rótulo de neutralidade política em sala de aula. Trata-se de uma velha proposta político-pedagógica, evocada agora sob um novo rótulo, mas que permanece atrelada aos valores elitistas, civilizacionais, patriarcais e racistas que desde o século XIX vêm dominando a educação escolar no Brasil. Essa proposta não reflete o interesse de todos, por isso constitui uma ameaça à diversidade e à democracia em nosso país. Não podemos deixar que projetos deste tipo “joguem no lixo” uma série de conquistas efetuadas no campo da educação, frutos de intensos debates e árduas lutas travadas há mais de um século, por uma educação mais inclusiva e aberta à pluralidade.

8. RCC – O Brasil é signatário da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, devendo “promover, por meio da educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural”. Qual o papel da escola no reconhecimento e na valorização dessa diversidade?

Susane – A escola tem um papel fundamental, mas temos observado alguns problemas no modo como as escolas brasileiras vem incluindo a diversidade cultural em seus currículos. No ensino de história, por exemplo, as narrativas de boa parte dos livros didáticos ainda permanecem eurocêntricas, com uma visão linear e evolucionista da história que tende a incluir a diversidade cultural apenas quando serve para reforçar os valores, padrões e princípios “civilizacionais” como universais. Não por acaso, os povos indígenas da América pré-colombiana (Incás, Astecas e Maias) e os grandes “reinos” africanos do passado ganham certa notoriedade nos livros didáticos na medida em que apresentam características (como governo centralizado/estatal, propriedade privada, vida urbana, hierarquia social, patriarcado, monoteísmo, etc.) que são aceitas e valorizadas nessa ótica “civilizacional” eurocêntrica. De alguma forma os saberes, as crenças e as formas de organização política, econômica e social que fogem desses padrões são ainda silenciados ou tratados como exóticos e atrasados. O reconhecimento e a valorização dessa diversidade exigem uma profunda mudança epistemológica da história escolar e das práticas pedagógicas, em um sentido decolonial, antirracista e antissexista, para que ganhe um espaço digno na educação escolar, onde o respeito não seja apenas baseado nas semelhanças culturais. Nesse caminho os professores não podem se omitir diante das discussões sobre racismo, preconceito, discriminação, gênero e sexualidade em sala de aula. A diversidade é a expressão do possível e, desse modo, a sua presença é um exemplo poderoso de que as relações humanas são construções e que podem ser diferentes e transformadas.